

**CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA: ESPORTE,  
POLÍTICA E SOCIEDADE NAS COMEMORAÇÕES DO  
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL  
(1972)**

Bruno Duarte Rei<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa as relações estabelecidas entre ditadura militar e sociedade brasileira a partir da abordagem de um evento que ganhou destaque no âmbito da programação oficial das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil: a 35<sup>a</sup> edição da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria – evento cívico/esportivo realizado anualmente desde 1938 pela Liga de Defesa Nacional, que, entre os dias 1º de maio e 1º de setembro de 1972, contou com uma edição comemorativa do Sesquicentenário de abrangência nacional. A partir da apreciação de correspondências, materiais de divulgação e recortes de jornais e revistas disponíveis no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário (Arquivo Nacional/ Rio de Janeiro), este artigo busca compreender os pontos de contato existentes entre a ocorrência da Corrida e o consenso social instituído em um país que vivia em tempos incomuns. Seja pelo simples fato de estar, concernido ou não, sob a égide de um brutal regime autoritário e/ou, ainda, pela própria experiência de comemorar, em momento marcado pela forte euforia cívica e desenvolvimentista ocasionada pelo “milagre econômico”, o Sesquicentenário: efeméride amplamente mobilizada pela ditadura para se apresentar como legítima ao povo brasileiro, sendo inclusive, como o artigo procura demonstrar, capaz de convencer parcelas expressivas de seus distintos segmentos sociais.

**Palavras-chave:** Esporte; política; consenso social; ditadura militar (Brasil

**Corrida Do Fogo Simbólico da Pátria: Sport, Politics, And Society in  
the Commemorations of The Sesquicentennial of Brazil's  
Independence (1972)**

**Abstract:** This article analyzes the relationships established between the military dictatorship and Brazilian society through the lens of an event that gained prominence within the official program of the celebrations of Brazil's Sesquicentennial Independence: the 35th edition of the Corrida do Fogo Simbólico da Pátria – a civic/sporting event held annually since 1938 by the Liga de Defesa Nacional, which, from May 1 to September 1, 1972, featured a Sesquicentennial commemorative edition of national scope. Based on the examination of correspondence, promotional materials, and newspaper and magazine clippings available in the Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário (Arquivo Nacional/Rio de Janeiro), this article seeks to understand the points of contact between the occurrence of the Corrida and the

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

social consensus established in a country that was experiencing unusual times. Whether due to the simple fact of being, concerned or not, under the aegis of a brutal authoritarian regime and/or through the very experience of celebrating, in a moment marked by strong civic and developmentalist euphoria caused by the “economic miracle,” the Sesquicentennial: an event widely mobilized by the dictatorship to present itself as legitimate to the Brazilian people, being even, as the article aims to demonstrate, capable of convincing significant portions of its various social segments.

**Keywords:** Sport; politics; social consensus; military dictatorship (Brazil).

## Introdução

Estudos historiográficos produzidos no país sobretudo a partir da última década têm reivindicado cada vez mais o aprofundamento analítico das relações estabelecidas entre ditadura militar e sociedade brasileira – veja-se, entre outros, aqueles contidos em conhecida coletânea organizada por Quadrat e Rollemburg (2010). Alinhado com essa perspectiva, o presente artigo se volta para 1972: ano em que o Governo Médici convidou o povo brasileiro para comemorar, no auge da euforia cívica e desenvolvimentista provocada pelo “milagre econômico”, o Sesquicentenário da Independência do Brasil. Dessa forma, busca lançar luzes sobre a complexidade das relações estabelecidas entre ditadura e sociedade por meio da abordagem de um evento, ainda inexplorado por pesquisas acadêmicas, que ganhou destaque na programação oficial das comemorações: a 35<sup>a</sup> edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* – evento cívico/esportivo realizado anualmente desde 1938 pela Liga de Defesa Nacional, que, entre os dias 1º de maio e 1º de setembro de 72, contou com uma edição comemorativa do Sesquicentenário de abrangência nacional.

Para o alcance de seus objetivos, este artigo mobiliza fontes contidas no *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*. Disponível para consultas no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), o fundo, produzido pela comissão que esteve à frente da execução das comemorações, congrega farta documentação: todo o material por ela distribuído (filmes, discos, livros, pôsteres, cartazes etc.); aproximadamente 6.350 correspondências (cartas, ofícios, rádios, telegramas e telexes) trocadas com autoridades públicas, dirigentes de entidades civis e militares, empresários e, até mesmo, cidadãos comuns; além de um grande volume de recortes de matérias publicadas em

jornais e revistas organizados em 67 pastas colecionadoras (tamanho grande) que parecem contemplar a cobertura que boa parcela da imprensa escrita nacional deu aos eventos que fizeram parte da programação oficial das comemorações.

Os documentos contidos no fundo foram interpretados, de um modo geral, como “representações”, que, como chama a atenção Chartier (1988), não costumam se limitar a transmitir apenas informações objetivas sobre um determinando evento, mas, também, um conjunto de ideias e valores através dos quais os indivíduos ou os grupos que as forjaram buscaram agir sobre a sociedade ao representar seus interesses. Partindo dessa premissa, o presente artigo procurou levar sempre em consideração as condições materiais, técnicas e ideológicas de suas fontes, com o intuito de melhor compreender, a partir de uma crítica circunstanciada de seus lugares de inserção, os pontos de contato existentes entre a ocorrência da *Corrida* e o consenso estabelecido no âmbito de uma sociedade que vivia em tempos incomuns. Seja pelo simples fato de estar, concernida ou não, sob a égide de um brutal regime autoritário e/ou, ainda, pela própria experiência de comemorar, em momento marcado pela forte euforia cívica e desenvolvimentista ocasionada pelo “milagre”, o Sesquicentenário: efeméride amplamente mobilizada pela ditadura para se apresentar como legítima ao povo brasileiro, sendo inclusive, como veremos a seguir, capaz de convencer parcelas expressivas de seus distintos segmentos sociais.

### **Notas preliminares sobre a fundação da Liga de Defesa Nacional**

Para uma melhor compreensão da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, é fundamental conhecer, ao menos em linhas gerais, a entidade responsável pela sua organização: a Liga de Defesa Nacional. Fundada em 1916, a Liga é uma associação cívico-cultural que pode ser considerada como um fruto do apostolado nacionalista de Olavo Bilac em prol do serviço militar obrigatório. Entre 1915 e 1916, o poeta proferiu uma série de palestras sobre o assunto nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, que foram publicadas, em 1917, em formato de livro, sob o título *A defesa nacional* (BILAC, 1917). Assim, Bilac procurava tecer interlocução – visando gerar uma sensibilização para causa da modernização do Exército Brasileiro, de uma maneira geral, e, como se pode

presumir, do estabelecimento do serviço militar obrigatório, mais particularmente – com um público seletivo: as elites letradas urbanas, ou seja, a ínfima parcela da população que tinha acúmulo de capital cultural e econômico suficiente para influenciar o jogo de relações travadas no campo político nacional naquela ocasião (estudantes, intelectuais, profissionais liberais, militares, entre outros).

Em suas palestras, Bilac defendia a tese de que o papel defensivo das Forças Armadas era menos importante do que a sua função de ensinar. Na sua visão, caberia a tais forças promover, em última instância, a educação cívica dos brasileiros e, assim, atuar na formação de “soldados-cidadãos”. O poeta entendia que uma das principais potencialidades do serviço militar obrigatório era a sua capacidade de trazer o povo “incivilizado” para dentro dos quartéis, por ele entendido como espaços que deveriam estar voltados, prioritariamente, para o nivelamento social, através da depuração de “maus” costumes e da aprendizagem de “nobres” valores militares, como, por exemplo, o apreço pela higiene; o respeito pela disciplina hierárquica e social; o abandono de interesses individuais em prol do bem da coletividade e, especialmente, o senso de dever e de sacrifício pela pátria. Como chama a atenção Lippi (1990), a denúncia da falta de patriotismo dos brasileiros era a tônica das palestras de Bilac, que via o serviço militar obrigatório como um elemento-chave para se criar no povo um sentimento de amor à pátria, dotando-o, dessa forma, da coesão necessária para se autopreservar.

As palestras de Bilac redundaram na fundação da Liga em 7 de setembro de 1916, Dia da Pátria, na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Cumpre mencionar que o poeta não foi o único que esteve à frente do ato de fundação da associação, mas, também, outros intelectuais proeminentes, como o jurista, professor e ministro do Supremo Tribunal Federal Pedro Lessa, o engenheiro civil, escritor e deputado federal Miguel Calmon e o advogado Wenceslau Braz, presidente da república na ocasião. O carro-chefe da Liga era, de fato, a efetivação do serviço militar obrigatório, que chegou até a ser previsto no Brasil em 1908, por meio da Lei nº 1.860, mas que, na prática, não havia sido concretizada. Em que pese o exposto, a atuação da associação não se esgotava na perseguição desse único objetivo. Mais do que isso, a Liga se propunha a ser, em linhas gerais, um

*locus* de formulação e execução de projetos nacionais relativos às mais diversas áreas de atuação social, como é o caso, por exemplo, da saúde, educação, segurança, integração, infraestrutura, entre outras. (OLIVEIRA, 2016).

### ***Corrida do Fogo Simbólico da Pátria: a invenção de uma tradição***

A invenção da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foi inspirada na *Corrida de Revezamento da Chama Olímpica*, que fez parte da cerimônia de abertura dos *Jogos Olímpicos* de 1936, ocorridos em Berlim. Como já é amplamente conhecido, tanto a magnificência quanto o simbolismo que envolveu a *Corrida de Revezamento* causaram um forte impacto na assistência da cerimônia de abertura dos *Jogos* de 1936. De acordo com Rolim, Pereira e Mazo (2011), entre os espectadores fortemente impactados com o evento estava o gaúcho Túlio De Rose, dirigente esportivo que assistia à cerimônia na condição de membro da delegação da Confederação Brasileira de Desportos. Como afirmam os autores, o que saltou aos olhos do dirigente foi, especialmente, as potencialidades simbólicas da *Chama Olímpica*, intensamente explorada por Hitler durante os *Jogos* com o objetivo de não só fortalecer a unidade do povo alemão, como, também, de demonstrar ao mundo a força do Terceiro *Reich*.

Após regressar à Porto Alegre, De Rose começou a entabular esforços para a realização de um evento semelhante no Brasil. Segundo matéria publicada, em 1944, pela *Revista do Globo*, a intenção do dirigente era realizar um evento cívico/esportivo de grandes proporções, que desse conta de abarcar todo o território brasileiro e que, ainda, se destacasse por congregar “os filhos de todos os estados numa reafirmação simbólica da unidade nacional”.<sup>2</sup> Fruto de uma parceria estabelecida entre De Rose, dirigentes de clubes porto-alegrenses e o diretório regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional, a primeira edição da *Corrida* percorreu, entre 31 de agosto e 1º de setembro de 1938, um total de 26 quilômetros, tendo como ponto de partida a cidade de Viamão, a primeira capital gaúcha, e como local de chegada a atual capital Porto Alegre. Em seu trajeto, uma tocha, acesa com o *Fogo Simbólico da Pátria* por um padre no altar votivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, foi carregada por

---

<sup>2</sup> AMARO JÚNIOR, José Ferreira. As aventuras do Fogo Simbólico e de seu idealizador entre nós, o jornalista Túlio De Rose. *Revista do Globo*, 19 de agosto de 1944, p. 40.

seis atletas rumo à uma pira, denominada de *Pira da Pátria*, instalada no Parque Farroupilha. O ascendimento da *Pira* por um desses atletas sinalizou, ao som do Hino Nacional sucedido por uma salva de artilharia, o início da Semana da Pátria em Porto Alegre.<sup>3</sup>

Como demonstra Rolim (2008), durante o Estado Novo (1937-1946), a *Corrida* se consolidou rapidamente, com o apoio do Governo Vargas, como uma “tradição inventada” (HOBSBAWN, 1997, P. 9-23), que visava reafirmar certos elementos identitários (História-Pátria, heróis, hinos, bandeiras nacionais etc.) e reforçar, no plano simbólico, uma suposta situação de unidade nacional. Dentro dessa perspectiva, o evento, com igual rapidez, deixou de ser de abrangência local e passou a ter uma amplitude nacional e, posteriormente, internacional, como foi o caso, por exemplo, da edição de 1945, que partiu de Monte Castello (Itália), em homenagem à vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, rumo a Porto Alegre, totalizando uma distância de 6.370 quilômetros. Em função dos limites deste artigo, não será possível explorar detalhadamente o aumento das dimensões físicas e simbólicas da *Corrida* enquanto evento cívico/esportivo no decorrer da ditadura varguista.<sup>4</sup> O que me cabe destacar neste momento é que, a despeito de suas potencialidades, a *Corrida* ainda carece de estudos a serem desenvolvidos a seu respeito. Não existem, entre outras lacunas, pesquisas sobre o evento em recortes temporais circunscritos à ditadura militar. Diante desse quadro, pretendo contribuir para a ampliação do conhecimento histórico produzido sobre a *Corrida* e, consequentemente, sobre o próprio contexto histórico no qual ela estava circunscrita. Notadamente, por meio da análise de sua 35<sup>a</sup> edição, que, como veremos a seguir, não casualmente, também recebeu, no âmbito das comemorações do Sesquicentenário, a alcunha de *Corrida da Integração Nacional*.

### **Os objetivos da 35<sup>a</sup> edição da *Corrida* e o mito da integração nacional**

É possível identificar, em documento que estabelece normas para a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* a serem cumpridas em todo o território

<sup>3</sup> Sesquicentenário da Independência do Brasil – 35<sup>a</sup> Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b.

<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas sobre esse assunto, ver o trabalho de Rolim citado anteriormente.

nacional, uma mensagem de apelo de autoria da Liga de Defesa Nacional. A mensagem era direcionada a todos os prefeitos de cidades brasileiras e demais autoridades que viessem a se envolver direta ou indiretamente com a *Corrida*. Resumidamente, continha um pedido de empenho à realização do evento, seguido da justificativa de necessidade de se alcançar o seu principal objetivo: “unir todos os cidadãos pelo bem e pela grandeza do Brasil”. Objetivo esse que, ainda de acordo o documento que normatizou a *Corrida*, deveria se articular com outros quatro objetivos específicos: “homenagear e cultuar a memória dos grandes vultos e rememorar os fatos e feitos da História-Pátria”; “educar cívicamente os cidadãos brasileiros e unir todos num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas”; e “ligar os pontos mais distantes do território nacional num elo indestrutível e indissolúvel”.<sup>5</sup>

Tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos da *Corrida* estão em grande medida associados ao mito da integração nacional, que, como demonstra Cordeiro (2015), era o cerne da História-Pátria difundida pela ditadura militar, sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o Sesquicentenário. Grosso modo, o mito se caracteriza por dois aspectos. Primeiramente, pelo entendimento de que a integração nacional era fruto de uma obra iniciada por dom Pedro I, ao manter a unidade territorial do Brasil ao longo de seu tenso processo emancipação política, e que estava às vias de se consolidar pelas mãos de Médici, em função do “milagre econômico” que, em tese, estava promovendo no país. Além disso, o mito sugeria que os brasileiros viviam um momento de paz, harmonia e união garantido não apenas pelo êxito do “milagre”, mas, também, pelo efetivo controle dos grupos que conspiravam contra o mesmo – sobretudo, os ditos “comunistas”.

Sendo assim, não parece ser equivocado afirmar que, nesse sentido, a *Corrida* foi utilizada pelo regime como uma ferramenta de integração nacional. Ou, nas palavras de Debord (1997), como um instrumento de unificação. Afinal, como veremos no decorrer deste artigo, o evento procurava reafirmar, quase que a todo instante, o mito da integração nacional. Desse modo, contribuía, sobremaneira, para a formação de certa unidade ao redor do ideal de “Brasil

---

<sup>5</sup> Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, p. 7.

grande”, ou seja, da ideia de que o Brasil, o “país do futuro”, havia, enfim, se transformado em uma grande potência econômica e civilizacional. Tudo isso graças ao projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo Governo Médici, ao qual não cabia, justamente por conta de seu suposto sucesso, nenhum tipo de oposição, nenhuma voz dissonante.

## **Os itinerários da *Corrida* como representações de um Brasil grande e integrado**

Os itinerários da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* foram compostos por quatro rotas. Em cada uma, quatro tochas, acesas com o *Fogo Simbólico da Pátria*, foram transportadas, através de revezamento, por atletas que partiram de quatro cidades extremas com destino ao Monumento do Ipiranga (São Paulo). Iniciada em 1º de maio, a *Rota Cabo Branco* (Paraíba) contemplou 7.162 quilômetros e 257 cidades, incluindo as capitais de 10 estados: João Pessoa, Natal, Fortaleza, Recife, Maceió, Aracajú, Salvador, Vitória, Niterói e Rio de Janeiro. Já a *Rota Oiapoque* (Amapá), iniciada em nove de maio, contou com 6.765 quilômetros e 137 cidades, entre as quais sete capitais: Macapá, Belém, São Luís, Teresina, Brasília, Goiânia e Belo Horizonte. Por sua vez, a *Rota Javari* (Amazonas), iniciada em 17 de maio, abarcou 4.318 quilômetros e 137 cidades, inclusive as capitais Boa Vista, Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Cuiabá.

Juntas, as quatro rotas da *Corrida* contemplavam boa parte dos contornos territoriais brasileiros. Todavia, isso não significa que o evento abrangeu apenas regiões próximas às fronteiras nacionais. O documento que estabelecia normas para a *Corrida* previa que de qualquer ponto de suas quatro rotas poderiam “sair centelhas para localidades não contempladas com a passagem do *Fogo Simbólico da Pátria*.<sup>6</sup> Foi o que ocorreu, por exemplo, quando, por meio de iniciativa do Diretório Regional do Rio Grande do Sul da Liga de Defesa Nacional, uma centelha do *Fogo* que vinha sendo transportado pela *Rota Chuí* deu origem à *Corrida do Patriarca da Independência*, que, no dia primeiro de agosto, partiu de Pelotas, em homenagem a José Bonifácio, passando por mais de 40 cidades

---

<sup>6</sup> Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. *Op. cit.*, p. 11.

gaúchas, com o objetivo de chegar, no dia 1º de setembro, em Porto Alegre, de modo a celebrar o início da Semana da Pátria.<sup>7</sup>

As quatro rotas da *Corrida*, somadas às das demais derivadas, não sugerem apenas os itinerários desses eventos, como, também, representações de um “Brasil grande” e integrado. Brasil esse que, como aventava o próprio mito da integração nacional, parecia galopar, na esteira do “milagre econômico”, rumo a um inevitável futuro próspero, concebido como consequência direta de um exitoso – e, portanto, inquestionável – projeto de desenvolvimento promovido pela ditadura, que buscava, entre outras formas de propagandear tal projeto, demonstrar pujança por meio de realizações que simbolizavam grandeza e unidade. Esse é o caso, por exemplo, da construção da Ponte Rio-Niterói, da Rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu; da expansão da Rede de Telecomunicações e do Sistema de Ensino Superior Nacional; e, como não poderia deixar de ser, da apropriação de grandes eventos esportivos. Entre eles, aquele que vem sendo objeto de análise neste artigo – que, cabe destacar, gozava, pelo menos desde 1944, do *status* de “a maior corrida do mundo”.<sup>8</sup>

### **Outras estratégias de reafirmação da ideia de um Brasil grande e integrado**

Além dos itinerários da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, outras estratégias foram mobilizadas com vistas à reafirmação do mito integração nacional e, consequentemente, do ideal de “Brasil grande”. Entre elas, merece destaque a mobilização de atletas durante o evento para se levar mensagens de fé e esperança no futuro do país. Especialmente, através da distribuição em escolas de aproximadamente 100 mil bandeiras do Brasil, de 1,5 milhões de folhetos com símbolos e bandeiras históricas nacionais e da mesma quantidade de livretos em quadrinhos sobre a Independência brasileira. Essas ações tinham como público-alvo estudantes do ensino básico, segmento social que, como revela ofício assinado pelo general Antônio Jorge Corrêa, presidente da Comissão Executiva

---

<sup>7</sup> Maratona do Fogo Simbólico recomeçará 1º de agosto. Recorte de matéria de jornal não identificado. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b.

<sup>8</sup> Iniciada a Semana da Pátria. Correio do Povo, 1 de setembro de 1944, p. 10.

Central do Sesquicentenário, era visto pela organização da *Corrida* como “[a sua] alma, a sua maior vibração cívica”.<sup>9</sup>

A mobilização de estudantes em eventos cívicos nacionais é uma estratégia política que não está circunscrita aos anos da ditadura militar. Tal estratégia também foi, por exemplo, amplamente utilizada pelo Estado Novo, regime que, como demonstra Parada (2009, p. 41), tendia a associar a juventude às suas próprias possibilidades de manutenção no futuro. De acordo com o autor, os ideólogos do Estado Novo entendiam que “se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis por ‘ameaças’ à segurança da nação [...], as massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não apresentarem esses desvios”. Dentro dessa perspectiva, complementa Parada, “as políticas para a juventude passaram a ter lugar de destaque dentro das prioridades do [...] Estado Novo”. Em outras palavras, “o jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado, ao mesmo tempo em que se tornava um avalista das possibilidades de futuro planejadas pelos dirigentes políticos do regime”.

Em função do exposto, é importante ter sempre em horizonte que, em 1972, as escolas já haviam se consolidado como eficientes veículos de expressão de uma cultura cívica nacional. Nesse sentido, a participação de estudantes em eventos cívicos evidencia, como afirma Cordeiro (2015, p. 28), “as continuidades com o passado que a ditadura foi capaz de estabelecer, atribuindo-lhes, simultaneamente, novos significados [...], relevantes para seu projeto nacional”. Isso inclui, por exemplo, a educação da juventude por meio de normas, valores, tradições, práticas e representações que promoviam a ideia de que o Brasil havia, de fato, se transformado em uma grande potência, que, como já vimos, é traço característico do mito da integração nacional e que, não casualmente, se fazia presente nas mensagens de fé e esperança direcionadas a estudantes pelos atletas que participaram da *Corrida*. Mensagens essas que diziam: “festejai o *Fogo* sagrado [...]; recebei-o na sua corrida rítmica, como a mais grata de todas as mensagens; a mensagem dizendo que o Brasil vive, o Brasil cresceu, o Brasil gigante palpita no entusiasmo de comemorar 150 anos de sua Independência”. O *Fogo*: “voa por esses caminhos – todos os caminhos da pátria – em direção ao

---

<sup>9</sup> Ofício nº 178. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24, p. 1.

Ipiranga. Transporta a solidariedade de nossas populações à glória do dia maior; o dia em que o príncipe dom Pedro I proclamou livre o Brasil". Ao longo de seu percurso, dirá ao povo que o país: "agradece a Deus e aos heróis a Independência, a ordem e o progresso".<sup>10</sup>

### **A propósito do envolvimento de segmentos estudantis com o evento**

O envolvimento de estudantes com a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* expressa algumas formas a partir das quais o consenso estabelecido ao redor da ditadura militar se expressava socialmente. Se, por um lado, é impossível saber o exato motivo da participação de cada estudante de ensino básico que se envolveu com o evento; por outro, é certo que tal envolvimento só ocorreu sob a anuência de seus responsáveis. Afinal, eles poderiam não levar o estudante sob sua responsabilidade à escola em dia de cerimônia de recebimento do *Fogo Simbólico da Pátria* – inclusive, lançando mão de uma desculpa, como, por exemplo, como uma indisposição de saúde. Ou, então, pelo menos, não autorizar – se assim lhes conviessem, também por meio de uma desculpa – seu envolvimento em atos como a leitura pública de uma declaração de louvor feita por uma aluna da Escola Senac em cerimônia de recebimento do *Fogo*;<sup>11</sup> a condução do mesmo realizada, por meio de corrida de revezamento, por alunos do Grupo Escolar Hilda Teodora Vieira com destino à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);<sup>12</sup> e, ainda, a sua posterior guarda, protagonizada por alunos do Colégio de Aplicação da UFSC, em vigília cívica de 24 horas que ocorreu no Salão de Atos da Reitoria.<sup>13</sup>

Cabe destacar que estudantes de ensino superior também se envolveram com a *Corrida*. Certamente, o não envolvimento, nesse caso, também era uma opção possível. Seja para o simples comparecimento nas cerimônias de recebimento do *Fogo* que ocorreram em diversas universidades brasileiras ou, até mesmo, para a participação mais engajada, como foi o caso, por exemplo, dos estudantes da UFSC que estiveram diretamente envolvidos, sob a liderança do

---

<sup>10</sup> Corrida do Fogo Simbólico tem percurso de 7 mil quilômetros. *Correio do Povo*, 3 de maio de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b.

<sup>11</sup> Fogo Simbólico faz rondas nos colégios. Recorte de matéria de jornal não identificado. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24.

<sup>12</sup> Fogo Simbólico continua percorrendo as escolas. Recorte de matéria de jornal não identificado. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24.

<sup>13</sup> Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs. Recorte de matéria de jornal não identificado. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24.

historiador e professor Osvaldo Rodrigues Cabral, com a construção da cerimônia de recebimento realizada na universidade pelo fato de serem membros voluntários da Comissão Universitária do Sesquicentenário;<sup>14</sup> dos que pertenciam ao coral da UFSC e que optaram por se fazerem presentes, ao lado do conjunto musical Violonquestra e sob a regência do maestro e professor José Acácio Santana, em apresentação musical concebida para ser um dos atos da cerimônia realizada na universidade;<sup>15</sup> além dos que, junto com os estudantes do Colégio de Aplicação UFSC, realizaram a guarda do *Fogo* ao longo da vigília cívica que, como já vimos, aconteceu no Salão de Atos da Reitoria da universidade.<sup>16</sup>

Os exemplos citados anteriormente chamam a atenção para as relações estabelecidas entre ditadura e sociedade, que, quando analisadas em suas complexidades, colocam em xeque a memória dos “anos de chumbo”. Forjada a partir do final dos anos 1970, ocasião em que se fortaleceu o movimento oposicionista ao regime, tal memória, que se apoia nos mitos da sociedade “resistente” e “vitimizada”, ignora o fato de que a ditadura foi um produto social. Em outros termos, algo que, como explica Reis Filho (2000), foi gestado no interior da própria sociedade brasileira e que, muito por isso, não era tido como estranho e, tampouco, problemático por parcelas expressivas de seus segmentos sociais. Entre eles, por parte significativa dos estudantes da educação básica e ensino superior, que expressaram o seu consentimento em relação ao regime de distintas maneiras ao se envolverem tanto com o Sesquicentenário, em termos gerais, quanto com a *Corrida*, mais especificamente.

### **Paralelos entre as normas da *Corrida* e as relações travadas na sociedade brasileira**

A *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* obedeceu a um conjunto de normas previstas para serem cumpridas de forma rígida, sob a justificativa de que isso fazia parte da “educação cívica promovida pela Liga de Defesa Nacional”.<sup>17</sup> Sobre o périplo do *Fogo*, estabeleceu-se que a tocha que o abrigava deveria ser

<sup>14</sup> *Id.*

<sup>15</sup> Fogo Simbólico hoje na universidade. Recorte de matéria de jornal não identificado. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24.

<sup>16</sup> Fogo Simbólico chega à Florianópolis às 19hs. *Op. cit.*

<sup>17</sup> Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. *Op. cit.*, p. 4.

sempre levada em corrida de revezamento realizada por uma equipe de atletas – ou seja, nunca em caminhada ou procissão. Em percursos diários que não poderiam exceder 120 quilômetros, cada atleta teria que transportar a tocha por, no máximo, 400 metros em pisos planos ou, então, 100 metros em terrenos íngremes, contando, quando possível, com o apoio de uma viatura com sirene posicionada 100 metros adiante.<sup>18</sup>

As cerimônias de recebimento do *Fogo* também foram normatizadas. Ao chegar ao seu destino, a tocha que o abrigava precisaria ser recebida pelo prefeito ou por um representante da cidade de onde ela havia partido. O prefeito ou o representante, por sua vez, deveria entregá-la a um integrante da Liga de Defesa Nacional, que, na sequência, teria que repassá-la ao prefeito ou a um representante da cidade anfitriã. Esse último era responsável por, em seguida, acender – com a tocha que acabara de receber, ao som de aplausos ou música – uma pira que deveria estar instalada no local da cerimônia. Após o acendimento, havia um momento reservado para a proclamação de discursos, a serem realizados em palanque, devidamente isolado para destacar a pira, as autoridades e os que iriam fazer uso da palavra, sem, entretanto, afastar demasiadamente a assistência.<sup>19</sup>

De fato, as normas da *Corrida* reproduziam certos discursos simbólicos a respeito da estrutura social brasileira e, consequentemente, das relações rotineiras nela travadas. É o caso, por exemplo, do apreço pelo planejamento, pela ordem e, principalmente, pela hierarquia. Nesse sentido, não parece ser equivocado afirmar, tomando por base os três modos básicos de se ritualizar no Brasil segundo DaMatta (1995) – vale lembrar, o “carnaval”, a “procissão” e a “parada militar” –, que o evento se aproxima do formato da “parada militar”. Como demonstra o autor, esse formato possui como um de seus exemplos mais acabados o desfile militar de celebração do Dia da Pátria, que, assim como a *Corrida*, possui entre seus principais traços característicos a promoção do congraçamento entre o povo e as suas autoridades reunindo-os em um mesmo local, sempre nitidamente separados, de forma a reforçar as relações hierárquicas estabelecidas entre eles. Além disso, ambos os eventos também prezam, dentro

---

<sup>18</sup> *Id.*

<sup>19</sup> *Id.*

dessa perspectiva, por um tipo de participação popular decorativa, que deveria se restringir aos atos de assistência e, no limite, de demonstração de solidariedade e de respeito às autoridades e aos símbolos nacionais. No caso da *Corrida*, especialmente ao *Fogo* que, nas palavras do *Jornal de Minas*, simbolizava o “fervor patriótico que jamais se extinguiu nos brasileiros”.<sup>20</sup>

### **A ocorrência do evento como um fator de promoção de congraçamento social**

O documento que normatiza a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* possui uma seção que se reporta ao congraçamento social que o evento deveria promover. Na referida seção, afirma-se que, considerando que uma de suas funções é “unir as localidades, fazendo o entrelaçamento de seus representantes legítimos (autoridades, povo e atletas)”, esses deverão “levar aos seus vizinhos, além da chama sagrada, a sua saudação”. Da mesma forma, toda localidade que iria recebê-lo deveria “promover acolhida condigna aos seus visitantes, a fim de que essa aproximação, promovida pela *Corrida*, seja significativa e o seu objetivo se concretize plenamente”.<sup>21</sup>

A seção estabelece, ainda, que a *Corrida* deveria prezar pelo congraçamento entre civis e militares, chamando a atenção para o fato de que o evento “não tem caráter militar, mas é de cunho eminentemente cívico”. Conforme essa lógica, considerava-se como essencial para o sucesso da *Corrida* a participação de distintos segmentos da sociedade: “as associações de classe, atléticas e outras, a imprensa, o rádio, a televisão, o Rotary Clube, o Lions Club, os escoteiros, as igrejas de todos os credos, a Maçonaria, os estabelecimentos de ensino e o povo”. Ademais, destacava-se que militares não deveriam “tirar a oportunidade de participação de civis, já que eles possuem, no quartel, a sua formação patriótica permanente”.<sup>22</sup>

A análise das normas da *Corrida* revela alguns princípios compartilhados pela Liga de Defesa Nacional e pela ditadura militar. Entre eles, merece destaque o entendimento de que os militares eram superiores aos civis em questões como,

---

<sup>20</sup> Fogo Simbólico em BH. O Jornal de Minas, 13 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>21</sup> Normas para a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>22</sup> *Id.*

por exemplo, o patriotismo. Como já vimos, esse era um dos princípios básicos de orientação das ações da Liga, que, desde a sua fundação (1916), enxergava a implementação do serviço militar obrigatório como um instrumento para se criar no povo brasileiro um sentimento de amor à pátria, dotando-o, assim, da coesão necessária para se auto preservar. Como veremos a seguir, o patriotismo era, igualmente, um dos princípios basilares daquilo que se convencionou chamar de “utopia autoritária”: uma espécie de recepção rarefeita da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional que orientava as ações tanto de militares quanto de civis simpáticos à ditadura.

### **“Utopia autoritária” e a realização da *Corrida*: alguns pontos de contato**

Como explica Fico (2018), a “utopia autoritária” sugeria que seria possível resolver os problemas do Brasil – e, até mesmo, torná-lo uma grande potência mundial – por meio da eliminação de alguns “obstáculos” e do adequado “adestramento” de seu povo. Dentro desse prisma, os militares e civis que acreditavam e, portanto, perseguiam a referida utopia podem ser classificados em dois tipos: os “saneadores” e os “pedagogos”.

De acordo com o autor, os “saneadores”, de perfil mais radical, propunham ações drásticas de repressão contra o “comunismo”, a “subversão” e a “demagogia dos políticos”, sendo essa a razão que explica, em boa medida, certos procedimentos que a ditadura militar classificava de revolucionários ou excepcionais: prisões arbitrárias, práticas de tortura, execuções sumárias, entre outras. Já os “pedagogos”, de perfil mais moderado, acreditavam que cabia ao regime desenvolver um projeto que suprisse as deficiências de formação do povo brasileiro e o protegesse de “ideologias exóticas” ou de outras formas de “corrupção do espírito”. Grosso modo, propunham educar a população, abordando, especialmente através de campanhas publicitárias de largo alcance, temas afeitos ao campo da saúde, higiene, moral e bons costumes.

A dimensão pedagógica da “utopia autoritária” não era “revolucionária” ou “excepcional”, sendo, por esse motivo, praticada sem pudores. É o que se pode observar no âmbito da propaganda política, que era legalizada e tinha, como demonstra Fico (1996), claras intenções pedagógicas: transformar, por meio de

distintas estratégias não formais de educação popular, o Brasil não apenas em uma potência econômica, mas, igualmente, civilizacional. Tais intenções costumavam ser, para além do domínio da propaganda política *stricto sensu*, reafirmadas em outras oportunidades. Por exemplo, em eventos realizados por organizações que compartilhavam de projetos e concepções de história e nação comuns às da ditadura e que, não casualmente, se engajaram, junto com ela, na perseguição da “utopia autoritária”. Esse é o caso da *Corrida*, que, vale lembrar, visava, como um de seus objetivos específicos, “educar cívicamente os cidadãos brasileiros e unir todos num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas”.<sup>23</sup> Além disso, o evento era organizado pela Liga de Defesa Nacional, associação cívico-cultural que, também cumpre reiterar, assumia como um dos escopos centrais de suas ações o alcance de um maior nivelamento social do “incivilizado” povo brasileiro. Notadamente, através da depuração de “maus” costumes e da aprendizagem de “nobres” valores militares, entre os quais merecem destaque: o apreço pelo planejamento, pela pontualidade e pela ordem, o respeito pela disciplina tanto hierárquica quanto social, o abandono de interesses individuais em prol do bem da coletividade e, sobretudo, o senso de dever e de sacrifício pela pátria.

### **A chegada do *Fogo Simbólico da Pátria* ao Monumento do Ipiranga**

A solenidade de recepção do *Fogo Simbólico da Pátria* em São Paulo teve início no cruzamento das Avenidas Independência e Dom Pedro I, por volta das 23 horas e 30 minutos do dia 31 de agosto. Nesse ponto, os atletas que conduziam as tochas das rotas *Oiapoque, Cabo Branco, Javari e Chuí* se encontraram. À frente dos atletas estavam batedores do Exército Brasileiro, enquanto outros 23 atletas os escoltavam na retaguarda, carregando bandeiras dos estados e territórios nacionais organizadas em ordem alfabética, precedidas pela bandeira do Brasil.<sup>24</sup> Ao chegarem ao Monumento do Ipiranga, batedores, atletas e escolta se dividiram em dois grupos e se posicionaram em frente às escadas laterais do Monumento, com exceção do atleta que carregava a bandeira do Brasil, que ficou

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>24</sup> Quase cinco mil viram a chega do Fogo Simbólico. *Gazeta Esportiva*, 2 de setembro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

em posição centralizada. Em seguida, José Blota Júnior, mestre de cerimônias do evento e um dos mais importantes apresentadores de TV do país, anunciou a presença do governador do estado de São Paulo, Laudo Natel, que chegou acompanhado do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e do prefeito da cidade de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz.<sup>25</sup>

Na ocasião, a banda sinfônica da Polícia Militar do estado de São Paulo, sob a regência do maestro-major Rubens Leonelli, executou um exórdio para anunciar a chegada do chefe do Poder Executivo paulista e das demais autoridades. Depois, os quatro atletas que portavam as tochas acesas com o *Fogo* subiram, sob uma calorosa salva de palmas do público presente, as escadarias laterais do Monumento do Ipiranga e se posicionaram cada um em frente a uma pira, que formavam um total de quatro, situadas nas quatro extremidades do Monumento. Na sequência, um coral de 1.500 estudantes de escolas públicas de São Paulo, regidos por seus professores de Educação Musical e acompanhados pela banda sinfônica da Polícia Militar, cantou o Hino da Independência. O canto do hino contou também com a participação das autoridades presentes, das quase cinco mil pessoas que assistiam à solenidade, apesar dos fortes ventos e do frio intenso, além de um grupo de 23 casais de jovens estudantes, que representavam os estados e territórios brasileiros, posicionados, junto ao coral e à banda sinfônica, nas escadarias dianteiras do Monumento.<sup>26</sup>

Finda a cantoria, Jarbas Passarinho proferiu, por volta das 23 horas e 52 minutos, uma oração cívica. Em aproximadamente 10 minutos, o ministro da Educação realizou, como veremos a seguir, uma operação que, conforme Cordeiro (2015), era um tanto quanto comum durante as comemorações do Sesquicentenário: a articulação – especialmente, via mobilização do mito da integração nacional e, por conseguinte, do ideal de “Brasil grande” – de passado e presente, com o intuito de se reafirmar uma visão otimista sobre o futuro do país que, supostamente, havia enfim se transformado em uma grande potência econômica e civilizacional.

---

<sup>25</sup> Passarinho inicia as comemorações na capital. Cidade de Santos, 2 de setembro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>26</sup> A chegada do Fogo Simbólico ao Monumento do Ipiranga. Folha de S. Paulo, 2 de setembro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

## **Momentos finais: a oração cívica do ministro da Educação Jarbas Passarinho**

Em sua oração cívica, Passarinho chegou a afirmar, por exemplo, que se o grito “Independência ou Morte” encerra uma dúvida, pois contempla a morte como uma possibilidade em face do fracasso, não é menos verdade que, em 1972, 150 anos depois, “podemos tranquilamente transmudá-lo para ‘Independência e Vida’. Vida de uma nação que está definitivamente adulta, em qualquer sentido”. Nação essa que, nas palavras do ministro da Educação, era “soberana de direito e de fato, não submetida à tutela de ninguém. Amante da paz [...], plena de confiança em si mesmo e fazendo valer sua vontade e impondo serenamente os seus princípios, segura de sua independência”. Conforme o ministro, esse é o Brasil independente, “do mar de 200 milhas; [...] da Transamazônica; [...] do Mobral; [...] dos quase 700.000 universitários de todas as origens socioeconômicas, conscientes da pujança desta pátria”. Ademais, complementa Passarinho, esse é, também, o Brasil das “Forças Armadas democráticas, [...] do Projeto Rondon, [...] da Operação Mauá, [...] da Usina de Urubupungá, [...] do cadiño das raças, todas elas entrelaçadas sem preconceito; [...] de um presidente sem rancores, só devotado ao bem de seu povo”. Enfim, sintetiza o ministro, esse é o “Brasil grande, que vence, audaciosamente, a batalha do desenvolvimento autossustentado, não apenas devotado ao crescimento de suas riquezas, às taxas que impressionam o mundo, mas igualmente edificando uma sociedade justa, esmagando decididamente o ódio iconoclasta dos extremistas”.<sup>27</sup>

Como se pode perceber, Passarinho, além de articular passado e presente com vistas à reafirmação de uma perspectiva otimista sobre o futuro do Brasil, também fez uso de uma das estratégias retóricas mais mobilizadas pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) – órgão responsável pela propaganda política produzida pela ditadura militar: tentar reafirmar exatamente o contrário do que se vivia no cotidiano do país. Como afirma Fico (2018), assim como em outras esferas, no âmbito da propaganda o regime agia igualmente de forma “envergonhada”, desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda, como negava que houvesse tortura

---

<sup>27</sup> Passarinho abre Semana da Pátria ressaltando figura de dom Pedro I. Diário de Minas, 2 de setembro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

e censura. Segundo o autor, o principal mentor da propaganda desenvolvida pela AERP, o coronel Otávio Costa, acreditava que uma série de características definiam o caráter nacional. Entretanto, além da alegria, do otimismo, da hospitalidade etc., Costa chamava a atenção para o grande senso de ridículo dos brasileiros, que, na sua visão, inviabilizava realização de uma propaganda que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Como destaca Fico (2018), vem daí a opção pelo já bastante conhecido projeto de propaganda de caráter escapista desenvolvido pela AERP, que falava de temas idílicos – como, por exemplo, confiança, dedicação e participação – em plena ditadura. Creio que vem igualmente daí a mobilização de uma oração cívica por parte de Passarinho para se falar, entre outras coisas, de paz, justiça e união em 1972: ano marcado pelo otimismo em relação ao futuro do país do “milagre econômico”, mas, também, pelo horror causado pelas inúmeras violações aos direitos humanos perpetradas contra aqueles que eram os tidos como seus opositores – censura, perseguições, tortura, execuções, entre outras.

Após Passarinho encerrar o seu discurso, aproximadamente às zero horas do dia 1 de setembro, a banda sinfônica da Polícia Militar do estado de São Paulo tocou o Hino Nacional. Simultaneamente, o coral de cerca de 1.500 estudantes de escolas públicas paulistas que estava perfilado nas escadarias dianteiras do Monumento do Ipiranga acompanhou a banda sinfônica da Polícia Militar, junto com as autoridades presentes e as quase cinco mil pessoas que se aglomeravam no gramado em frente ao monumento, bem como nas ruas que o circundam, para assistir à cerimônia. Enquanto os primeiros versos do Hino Nacional eram cantados, os quatro atletas que portavam tochas contendo o *Fogo Simbólico da Pátria* oriundas das rotas *Oiapoque, Cabo Branco, Javari e Chuí* acenderam as quatro piras situadas nas quatro extremidades do Monumento. Posteriormente, o apresentador Blota Júnior fez o anúncio do início, em todo o território nacional, da Semana da Pátria, em meio a uma queima de fogos em cores verde e amarela, que foi sucedida da retirada das autoridades, ao som tanto dos aplausos prolongados da assistência quanto do poema sinfônico *Centenário*, de Savino de Benedictis, executado pela banda sinfônica. O poema havia sido tocado oficialmente no Brasil pela última vez em 1922, em solenidade de comemoração dos 100 anos da emancipação política nacional. Cinquenta anos depois, em 1972,

ele demarcou, por volta das zero horas e 43 minutos, o fim da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*.<sup>28</sup>

### **Cerimônias, identidade e pertença: reflexões sobre a ritualística da Corrida**

A cerimônia de recepção do *Fogo Simbólico da Pátria* ocorrida no Monumento do Ipiranga se estruturou – assim como se foi previsto para as demais que aconteceram em outras cidades do país – com base em um modo de organização que se aproxima, em grande medida, daquele que DaMatta (1995) chamou de modelo da “parada militar”. No entanto, se, por um lado, tal solenidade se aproxima de uma forma de organização que, como já vimos, tinha entre seus principais traços característicos prezar pelo reforço das relações hierárquicas estabelecidas entre o povo e as suas autoridades e por um tipo de participação popular meramente decorativa; por outro, é importante se ter em horizonte que essa forma de organização, como lembra Chirio (2001), não deve ser entendida como algo estranho à sociedade brasileira, habituada com a realização de eventos nesse formato, pelo menos, desde 1826. Ou seja, desde quando se começou a comemorar a emancipação política do Brasil.

Não casualmente, o jornal *Gazeta Esportiva* fez o seguinte relato a respeito da solenidade relativa ao *Fogo* ocorrida em São Paulo, em que destacou, entre outras coisas, a familiaridade dos populares presentes com a dinâmica do evento: “o intenso vento e o frio que tomou conta, ontem, da capital, não foram suficientes para impedir que o povo se dirigisse ao Ipiranga”. De acordo com o jornal, “o bom humor era tão grande quanto o número de agasalhos, o povo esperava pacientemente o início dos festejos, sempre alertado pelos policiais para que não fosse ultrapassada a corda colocada em toda a volta do jardim de frente”. Conforme a *Gazeta Esportiva*, por volta das 23 horas e 15 minutos, quando os policiais abaixaram os cordões de isolamento, o povo “pôde assistir ao espetáculo do jardim em frente ao monumento. Agora, apenas os separava o riacho do Ipiranga, com suas águas brancas”. Ainda segundo a *Gazeta*, ao término da

---

<sup>28</sup> *Id.*

solemnidade “o frio aumentara e também o vento, mas continuaram a não ser empecilho para as pessoas se mostrarem alegres”.<sup>29</sup>

Com efeito, o modo como as cerimônias relativas ao *Fogo* ocorridas seja no Monumento do Ipiranga ou pelo país afora foram estruturadas proporcionavam uma suspenção do cotidiano por meio da substituição desse tempo de cunho rotineiro por outro de caráter extraordinário: um tempo festivo, embora solene, em que boa parte de uma dada localidade – notadamente, de uma cidade brasileira – deveria estar com as suas atenções voltadas para vivenciar, junto com as suas autoridades, a ocorrência da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Assim, toda a ritualística referente ao evento contribuía para a criação de ambiente propício para que os indivíduos com ele envolvidos pudessem se reconhecer como membros de uma coletividade local. Além disso, essa ritualística criava, ainda, uma atmosfera favorável para que esses mesmos indivíduos pudessem se identificar como integrantes de algo maior, de uma comunidade nacional. Principalmente, através da experimentação de práticas de exaltação de símbolos nacionais (como a História-Pátria, a bandeira, o hino, os heróis nacionais etc.), bem como pelo compartilhamento da crença (difundida, especialmente, via mito da integração nacional e, consequentemente, pelo ideal de “Brasil grande”) na posse de um passado em comum, na vivência de um presente próspero e na chegada de um futuro promissor.

## **O evento e a reprodução do consenso social estabelecido ao redor da ditadura**

Pelo exposto até o momento, não é fortuito o fato de as solenidades relativas ao *Fogo Simbólico da Pátria* serem momentos privilegiados para se observar uma miríade de atitudes a partir das quais o consenso estabelecido ao redor da ditadura militar se conformava e se expressava socialmente. No que se refere à cerimônia ocorrida no Monumento do Ipiranga, pode-se destacar, entre outros exemplos, a participação de aproximadamente cinco mil populares; de

---

<sup>29</sup> Quase cinco mil viram a chega do Fogo Simbólico. *Op. Cit.*

Blota Júnior como apresentador da solenidade; dos atletas civis envolvidos com a condução e escolta do *Fogo*; dos casais de jovens estudantes que representaram os estados e territórios brasileiros; e do coral de 1.500 alunos de escolas paulistas regidos por seus professores de Educação Musical.

Sobre esse último caso, é digno de nota um relato contido em já mencionada matéria publicada pelo jornal *Gazeta Esportiva*. Tal relato pode ser caracterizado como um episódio que, somados a outros já apresentados neste artigo, põe em xeque a tese sustentada por Almeida (2011) de que o envolvimento de segmentos estudantis em eventos comemorativos do Sesquicentenário evidencia um tipo de participação não-espontânea. Ou seja, que teria sido provocado muito mais por atos de imposição da ditadura do que por um genuíno interesse dos escolares. De acordo com a *Gazeta Esportiva*, a partir das 21 horas, começaram a chegar ao Monumento do Ipiranga “os primeiros professores de Educação Musical [...]. Junto com eles, a delegação de alunos de todos os colégios oficiais da grande São Paulo. Esteve previsto que os professores trariam apenas alguns alunos. Entretanto, às 22h40, toda a parte reservada para os corais [...] estava tomada”. Conforme o jornal, rapidamente constatou-se que havia um quantitativo de alunos superior ao previsto e que, por esse motivo, “os policiais pareciam ter recebido ordens para deixar se aproximar apenas os estudantes realmente credenciados. Ao final, muitos que deveriam participar do coral não participaram, inclusive alguns professores de Educação Musical”. Ainda segundo a *Gazeta Esportiva*, a professora Hercília Castilho Cardoso, coordenadora da programação musical da cerimônia, tinha uma explicação para o ocorrido: a adesão espontânea dos estudantes ao evento. Em entrevista ao jornal, disse a professora: “tudo é festa e é isso é que importa. Os estudantes se empolgaram com o Sesquicentenário e agora todos querem participar. De qualquer forma, é melhor ter gente sobrando. Já imaginou se só aparecessem uns dez ou doze para cantar?”.<sup>30</sup>

Além dos casos citados, pude detectar outros inúmeros exemplos de condutas que também reafirmavam, no contexto das distintas solenidades relativas ao *Fogo* que aconteceram no Brasil afora, o consenso social estabelecido

---

<sup>30</sup> Quase cinco mil viram a chega do Fogo Simbólico. *Op. cit.*

no país naquela ocasião. No campo religioso, destacam-se as missas solenes, como a oficiada pelo cardeal dom Vicente Scherer na Catedral Metropolitana de Porto Alegre;<sup>31</sup> no campo artístico, as apresentações musicais, como a da Orquestra Sinfônica Nacional realizada no Campo de São Bento (Niterói);<sup>32</sup> no campo esportivo, os jogos comemorativos, como a partida de futebol de salão entre alunos do Grupo Municipal Santa Clara e do Grupo Escolar Alves Cardoso que ocorreu no Ginásio Castelo Branco em São Mateus do Maranhão.<sup>33</sup> Poderia destacar, ainda, as manifestações de apoio emitidas pela União Cívica Feminina (São Paulo),<sup>34</sup> pelo Colonião Esporte Club (Minas Gerais)<sup>35</sup> e pela Maçonaria, que, entre outras ações, realizou um cortejo cívico, junto com estudantes secundaristas, em Nazaré (Bahia);<sup>36</sup> a participação do poeta Clodoaldo de Alencar<sup>37</sup> e do então presidente da Academia Brasileira de Letras Autresésilo de Athayde<sup>38</sup> em cerimônias realizadas, respectivamente, no Ceará e no Rio de Janeiro... Enfim, foram diversos os casos detectados, incluindo o engajamento popular *stricto sensu*, que, segundo carta endereçada à Comissão Executiva Central pelo secretário executivo da Comissão Executiva Estadual do Amazonas Júlio César Garcia, foi um dos principais motivos do sucesso das cerimônias referentes ao *Fogo* ocorridas em seu estado.<sup>39</sup> *Fogo* esse que, por sua vez, era considerado não apenas, como já vimos, como um símbolo do “fervor patriótico que jamais se extinguiu nos brasileiros”;<sup>40</sup> mas, igualmente, de acordo com matéria publicada no jornal *A Notícia*, como uma forma de agradecimento do

---

<sup>31</sup> Missa solene assinalou a chegada do Fogo Simbólico à Porto Alegre. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23a.

<sup>32</sup> Fogo da Independência chega a Niterói. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>33</sup> Relatório final da Comissão Executiva Estadual do Maranhão. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 13.

<sup>34</sup> Carta de Acyr Barros Guisard – presidente da União Cívica Feminina. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 3.

<sup>35</sup> Carta de Jacy Guimarães – presidente do Colonião Esporte Club. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 15.

<sup>36</sup> Programação da cidade de Nazaré. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 8c.

<sup>37</sup> Programação da cidade de Aracaju. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 24a.

<sup>38</sup> Fogo Simbólico da Pátria chegou ao Rio. Jornal do Commercio, 29 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>39</sup> Carta de Júlio César Garcia de Souza – secretário executivo da Comissão Executiva Estadual do Amazonas. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 7.

<sup>40</sup> Fogo simbólico em BH. *Op. cit.*

povo “a Deus e aos heróis da Independência, à ordem e ao progresso”;<sup>41</sup> ou, então, conforme as palavras de Poty Medeiros, presidente da Comissão Executiva Estadual do Rio Grande do Sul, como uma importante tradição que “nesses dias de particular esforço para o desenvolvimento nacional, assume um caráter especial de autêntico ato de fé cívica,clareando os horizontes do porvir brasileiro”.<sup>42</sup>

### **Considerações finais**

Como sugerem os exemplos citados neste artigo, várias instituições e indivíduos de distintos segmentos sociais participaram – de múltiplas maneiras e, muitas das vezes, de forma espontânea, consciente e entusiasmada – de solenidades relativas ao *Fogo Simbólico da Pátria*. Cumpre frisar que esse fenômeno não pode ser entendido como algo dissociado da conjuntura brasileira em 1972, fortemente marcada pela “onda” de otimismo em relação ao futuro do país provocada, especialmente, pelo “milagre econômico”, mas que, também, foi potencializada pela ocorrência de eventos supervenientes, como a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Afinal, como explica Cordeiro (2015, p. 70), as comemorações do Sesquicentenário, de um modo geral, e os eventos que fizeram parte de sua programação oficial, mais especificamente, contribuíram, de certa forma, para “transformar a sensação de bem-estar e a confiança no porvir associados em termos imediatos aos benefícios – não apenas materiais – do ‘milagre’ em uma expressão de otimismo maior, na medida em que permitia a identificação do indivíduo com o seu país e não com o regime”. Simultaneamente, complementa a autora, em razão de a ditadura ser, em última instância, a responsável pela organização das comemorações “podemos compreendê-la, naquele contexto, como parte dessa identidade, como uma construção – e ao mesmo tempo construtora – das relações que a sociedade estabelecia, então, com a ‘pátria amada’”.

Isso é o que se pode perceber claramente, por exemplo, em ações como o feito realizado pelo aposentado e ex-escoteiro potiguar José Alves Pessoa, que

---

<sup>41</sup> Corrida da Integração é parte dos festejos da Independência. A Notícia, 24 de abril de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>42</sup> O Fogo Simbólico. O Estado, 30 de junho de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b.

ficou conhecido no país como o “Andarilho do Sesquicentenário”. Em 1º de março, Pessoa, que na ocasião tinha 69 anos e morava no Amapá, partiu a pé, inspirado na *Corrida*, do Oiapoque com destino ao Chuí, percorrendo uma distância total de 6.170 quilômetros, em 8 meses e 16 dias. O objetivo do “Andarilho” era chegar no extremo sul do país no Dia da Bandeira (19 de novembro), levando consigo uma garrafa que continha água retirada do rio Oiapoque, a ser despejada no rio Chuí, enquanto a garrafa seria oferecida como um presente a Médici, o presidente do “Brasil grande”.<sup>43</sup> Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Pessoa afirmou que todo seu esforço nada mais era que uma maneira por ele encontrada de expressar o seu patriotismo. Já o despejo da água retirada do rio Oiapoque no rio Chuí simbolizava, nas suas palavras, “a integração nação”.<sup>44</sup>

Em suma, creio que os exemplos até aqui apresentados, quando articulados com aspectos conjunturais do Brasil de 1972, nos ajudam a perceber, entre outras coisas, como é que a *Corrida* constituiu-se, principalmente em função das suas potencialidades simbólicas e de sua capilaridade, como uma ferramenta de integração nacional; ou, conforme Debord (1997), como um instrumento de unificação, altamente capaz de reunir – por meio de práticas e representações que se articulavam com o mito da integração nacional e o ideal de “Brasil grande” – a nação ao redor de um passado em comum, de uma percepção favorável do tempo presente e de perspectivas otimistas em relação ao futuro. Sendo assim, não me parece ser equivocado afirmar que a *Corrida* – que, vale lembrar, não por acaso recebeu em 72 a alcunha de *Corrida da Integração Nacional* – cumpriu com aquela que, como afirma Catroga (2005, p. 94), talvez seja uma das principais potencialidades políticas dos eventos cívicos: “criar um momento de comunhão, no qual os indivíduos devem se sentir integrados numa totalidade, ou melhor, numa nação de cidadãos, ainda que só imaginada”. Aliás, como complementa o autor, os eventos cívicos, justamente em função do exposto, “terão sempre por objetivo a produção do consenso [...], numa prática aglutinada de símbolos consensualizadores, porque de pretensão universal”.

---

<sup>43</sup> Andarilho, em Campinas, diz que saiu do Oiapoque e irá até o Chuí. Folha de S. Paulo, 19 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

<sup>44</sup> Oiapoque-Chuí a pé, aos 60 anos. Estado de S. Paulo, 27 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 56.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional:** discursos. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CATROGA, Fernando. **Mito, nação e rito:** religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHIRIO, Maud. **Une nouvelle écriture du destin national.** La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985). Mémoire de maîtrise. Université Paris-I – Panthéon-Sorbonne, 2001.

CORDEIRO, Janaína. **A ditadura em tempos de milagre:** comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis.** Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo do regime autoritário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: \_\_\_\_\_; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIPPI, Lúcia. **A questão nacional na primeira república.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga de Defesa Nacional:** entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação:** cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROLIM, Luís Henrique. **A chama que arde em nossos clubes!** A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROLIM, Luís Henrique; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Apropriando-se da Chama Olímpica: a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico em Porto Alegre – Brasil (1938-1947). **Revista da Educação Física/Uem**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 65-73, 2011.